

## **Cidadania – Ética – Meio Ambiente**

Os detentores de cargo público não são donos da Nação, porém mandatários do povo. Como tais precisam prestar contas de seus atos. Os organismos estatais existem para **atender ao interesse coletivo**, não ao **interesse grupal ou setorizado**. Qualquer pessoa do povo está legitimada a defender o meio ambiente, por preceito expresso da Constituição.

Em **Ética Geral e Profissional**, **José Renato Nalini** declara com firmeza que “uma ética ambiental dispensa notáveis conhecimentos da matéria, ou aprofundamento científico ecológico. Apenas requer vontade, alimentada por uma consciência sensível”.

Qualquer pessoa que sinta em si o desconforto de assistir impassível à destruição da natureza poderá servir-se de largo instrumental que só depende de sua vontade para ser operacionalizado. Atuar na defesa do ambiente é uma explícita dimensão da cidadania no terceiro milênio.

Desde a célebre expressão da alemã **Hannah Arendt** teórica política, muitas vezes descrita como filósofa, apesar de ter recusado essa designação, – “**cidadania é a consciência que o indivíduo tem do direito a ter direitos**”, inúmeras formulações do termo foram propostas.

Cabe lembrar a feição democrática daquele cidadão disposto a **enfrentar interesses dos “poderosos”** para auxiliar na defesa de um patrimônio que não é só dele, mas é bem comum a todos. Não apenas os seus contemporâneos, mas também dos filhos e netos, homens do amanhã.

Na defesa do meio ambiente encontra-se um saudável exercício da cidadania democrática. **João Carlos Quartim de Moraes** em **A democracia: história e destino de uma idéia**, afirma que **Cidadania** “só cria raízes num povo ao longo da experiência coletiva da aprendizagem do exercício da cidadania que é lenta e muitas vezes turbulenta. Mas insubstituível, tanto no que se refere ao voto quanto a formas superiores da participação democrática, como o autogoverno local e as múltiplas formas de autogestão social. Nisso parece-nos consistir o essencial de sua força enquanto valor ético-político. É muito restrita essa noção baseada na capacidade de votar e ser votado”.

Para exercer sua cidadania ética, o indivíduo tem de realizar mais. Intervir decisivamente em inúmeras instâncias. Alargar o território do interesse coletivo, rompendo a já derruída barreira entre público e privado.

Essa experiência de exercício da sociabilidade contemporânea e de conferir eficácia às instituições e equipamentos públicos pode traduzir-se em posturas de tolerância zero para com propostas destrutivas e mesmo com as aquelas aparentemente flexibilizadoras, mas que disfarçam mediato comprometimento dos recursos naturais.

Cada pessoa pode, no universo em que habita contribuir para tornar o mundo melhor. Esse é um exercício cívico, um exercício de cidadania. Dispensável a vocação heróica. Basta acreditar na causa. E para crer, basta convencer a vontade. Assim se constrói a democracia.

Sem participação da cidadania, não há necessidade de regime democrático. A luta pela preservação do ambiente pode ser um compromisso de vida. Justificar uma existência. Dar-lhe qualidade e intensidade.

É um projeto permanente, que transcende os interesses imediatistas e egoísticos, para alcançar até as mais longínquas gerações. Nem estaremos aqui, mas teremos garantido uma vida melhor à posteridade. A vivência democrática dá sentido a qualquer vida.

**Aung San Suu Kyi**, Prêmio Nobel da Paz de 1991 assevera que: “Mesmo sem saber o que acontecerá, temos de seguir adiante da melhor maneira possível, sem desvios, no rumo certo. Mesmo sem saber o que acontecerá, devemos participar desta luta. Todos entramos nela por acreditar que é uma luta justa. Se me perguntarem se chegaremos à democracia... responderei o seguinte: não pensem no que acontecerá ou não acontecerá. Continuem simplesmente fazendo o que acham certo. Mais tarde, surgirão por si mesmos os frutos do que fazem agora. Nossa responsabilidade é fazer o que é certo”.

Posso não ser capaz de sozinho, salvar a Amazônia. Tenho condições, porém, de salvar uma árvore. Aquela que é maltratada defronte à minha casa e a cuja destruição assisto impassível. Cada qual encontrará a melhor forma de atuar para que o mundo não seja, num futuro não remoto, um deserto fuliginoso e morto.

Há um pressuposto válido, suscetível de estimular a atuação ambientalista: **não posso compelir o governo a fazer o bem ambiental, mas sou capaz de impedi-lo de praticar o mal ecológico.**

**Luiz Antonio Batista da Rocha** –Eng. Civil – Consultor em Recursos Hídricos – Auditor Ambiental –  
[rocha@mdbrasil.com.br](mailto:rocha@mdbrasil.com.br) – [www.outorga.com.br](http://www.outorga.com.br) – [www.rochaoutorga.hpg.com.br](http://www.rochaoutorga.hpg.com.br)